

CONTRIBUIÇÃO DO GT POLÍTICAS EDUCACIONAIS SEÇÃO **SINASEFE IFSUL** PARA O
 CADERNO DE TEXTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Título e número do texto e número do parágrafo	Texto original (copiar do caderno)	Indicar se é acréscimo, alteração ou supressão	Proposta da seção	Breve justificativa
<p>Texto 2 - Formação inicial e continuada de professores/as da EPT Parágrafo 5.</p>	<p>Entende-se que o professor da EPT é um profissional que desenvolveu os saberes didáticos, relacionados ao como ensinar, políticos, relacionados aos modos de se relacionar na profissão, e pedagógicos, relacionados ao campo da educação; é um profissional que sabe o quê, como e o porquê fazer, e que aprendeu a ensinar visando ao desenvolvimento de forma idônea e adequada de outros profissionais. Deste modo, tem papel e compromisso como educador, independentemente de outra atividade que venha a ter, contribuindo, assim, como participante ativo, para o desenvolvimento da educação</p>	<p>Alteração</p>	<p>Entende-se que o professor da EPT é um profissional que desenvolveu os saberes didáticos, relacionados ao como ensinar, políticos, relacionados aos modos de se relacionar na profissão, e pedagógicos, relacionados ao campo da educação; é um profissional que sabe o quê, como e o porquê fazer, e que aprendeu a ensinar visando ao desenvolvimento de forma idônea e adequada de outros profissionais. Deste modo, tem papel e compromisso como educador, contribuindo assim, como participante ativo, para o desenvolvimento da educação profissional. Na Rede Federal, segundo a Plataforma Nilo</p>	<p>Defendemos o regime de trabalho DE.</p>

	<p>profissional. Na Rede Federal, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, 95% dos docentes efetivos trabalham com Dedicção Exclusiva, o que permite inferir que assumiram a docência como único trabalho.</p>		<p>Peçanha, 95% dos docentes efetivos trabalham com Dedicção Exclusiva, o que permite inferir que assumiram a docência como único trabalho.</p>	
<p>Texto 2 - Formação inicial e continuada de professores/as da EPT Parágrafo 39</p>	<p>Acrescentamos ainda, de forma pontual, em acordo com os movimentos sociais que visam produzir um mundo menos desigual:</p> <p>I. Revogação do Novo Ensino Médio.</p> <p>II. Revogação da Resolução nº 2, de 2019, por representar retrocesso a formação de professores, alicerçando a mesma em uma visão pragmatista e acrítica.</p> <p>III. Revogação da Resolução nº 1, de 2021, uma vez que apresenta a formação profissional como um conjunto de saberes fragmentados, sem prévia</p>	<p>Alteração</p>	<p>Acrescentamos ainda, de forma pontual, em acordo com os movimentos sociais que visam produzir um mundo menos desigual:</p> <p>I. Revogação do Novo Ensino Médio.</p> <p>II. Revogação da Resolução nº 2, de 2019, por representar retrocesso a formação de professores, alicerçando a mesma em uma visão pragmatista e acrítica.</p> <p>III. Revogação da Resolução nº 1, de 2021, uma vez que apresenta a formação profissional como um conjunto de saberes fragmentados, sem prévia</p>	<p>Apontar e problematizar o ensino presencial como prioritário na formação de professores.</p>

	<p>organicidade. A resolução equivale a prática docente a habilitação docente, reduzindo o aspecto formativo a uma dimensão pragmática e contribuindo para o esvaziamento da profissão docente.</p> <p>IV. Revogação da Resolução nº 1, de 2022, uma vez que se fundamenta na Resolução nº 2, de 2019.</p> <p>V. Aperfeiçoamento da Resolução nº 2, de 2015:</p> <p>a) Incluir os conteúdos específicos relacionados ao trabalho e educação (Art. 1, parágrafo 2 e Art.14, parágrafo 2);</p> <p>b)Retirar do caput os termos “emergencial e provisório”;</p> <p>c) Excluir o inciso 7 que prevê a extinção dos cursos de formação pedagógica;</p> <p>d) Evidenciar que os cursos de formação pedagógica, irão</p>		<p>organicidade. A resolução equivale a prática docente a habilitação docente, reduzindo o aspecto formativo a uma dimensão pragmática e contribuindo para o esvaziamento da profissão docente.</p> <p>IV. Revogação da Resolução nº 1, de 2022, uma vez que se fundamenta na Resolução nº 2, de 2019.</p> <p>V. Aperfeiçoamento da Resolução nº 2, de 2015:</p> <p>a) Incluir os conteúdos específicos relacionados ao trabalho e educação (Art. 1, parágrafo 2 e Art.14, parágrafo 2);</p> <p>b)Retirar do caput os termos “emergencial e provisório”;</p> <p>c) Excluir o inciso 7 que prevê a extinção dos cursos de formação pedagógica;</p> <p>d) Evidenciar que os cursos de formação pedagógica,</p>	
--	---	--	--	--

	<p>atribuir o título de Licenciado em _____, de acordo com a área de formação do bacharelado ou do curso de tecnologia que o professor em formação tenha anteriormente e na qual deverá ser realizado o estágio curricular supervisionado;</p> <p>e) Prever o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como pressuposto pedagógico como item que compõem os fundamentos da formação de professores.</p>		<p>realizados prioritariamente de forma presencial, irão atribuir o título de Licenciado em _____, de acordo com a área de formação do bacharelado ou do curso de tecnologia que o professor em formação tenha anteriormente e na qual deverá ser realizado o estágio curricular supervisionado;</p> <p>e) Prever o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como pressuposto pedagógico como item que compõem os fundamentos da formação de professores.</p>	
<p>Texto 2 - Formação inicial e continuada de professores/as da EPT Parágrafo 41a</p>		<p>Acréscimo após o parágrafo 40.</p>	<p>Por fim, é preciso estabelecer um prazo para que seja exigida a licenciatura em todas as disciplinas específicas do currículo dos cursos técnicos. Para tanto, concomitantemente, deve ser construído democraticamente um Plano Nacional de Formação de Professores para</p>	<p>Inclusão de uma proposta de construção de um Plano Nacional para Formação de Professores para a EPT (Forprofep).</p>

			<p>a EPT, que privilegie a formação presencial e de qualidade do corpo docente, com ênfase para as redes públicas federal e estaduais, aos quais se vincularão os planos específicos de cada instituição federal ou rede estadual de educação.</p>	
<p>Texto 4 - Gestão Escolar Parágrafo 24a</p>		<p>Acréscimo após o parágrafo 24</p>	<p>Vê-se as políticas educacionais, e por consequência a gestão escolar, orientadas por princípios e métodos desenvolvidos e adotados na empresa capitalista, baseados na razão mercantil, portanto é imprescindível destacar que os objetivos da educação são antagônicos aos de uma empresa capitalista e que é preciso ter clareza nos objetivos da educação e da escola para superarmos essa questão (Paro, 2012). Partindo do reconhecimento que o objetivo da escola é a</p>	

			<p>apropriação da cultura pelos sujeitos, da sua formação como humano-histórico, capaz de contribuir com a transformação social e não com a sua reprodução, é preciso analisar e construir possibilidades de uma administração escolar voltada para esta transformação social. A administração escolar estará tanto mais comprometida com a transformação social quanto mais os objetivos com ela perseguidos estiverem articulados com essa transformação, é necessário situar a educação escolar e o seu papel neste processo de transformação (Paro, 2012).</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.</p>	
<p>Texto 5 - A extensão na consolidação da identidade</p>	<p>Assim, esta resolução, ao contrário do que</p>	<p>Alteração.</p>	<p>Assim, esta resolução, ao contrário do que</p>	<p>Correção digitação.</p>

<p>da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Parágrafo 54.</p>	<p>alguns acreditam, não é apenas uma regulamentação para o processo de Creditação Curricular da Extensão, previsto na Meta 12.7 do PNE, mas, acima de tudo, é um Marco Regulatório da Extensão da Educação Superior Brasileira. Nela estão definidas as concepções de extensão universitária que foram construídas pelos diversos agentes que estão envolvidos com este tema. Mesmo que a resolução não tenha dado conta de explicitar todos as concepções e diretrizes da Extensão Universitária construídas a partir do processo de redemocratização e das discussões que antecederam a Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação, de 1996. Diante do cenário de recrudescimento das discussões políticas e educacionais, do aprofundamento das políticas</p>		<p>alguns acreditam, não é apenas uma regulamentação para o processo de Creditação Curricular da Extensão, previsto na Meta 12.7 do PNE, mas, acima de tudo, é um Marco Regulatório da Extensão da Educação Superior Brasileira. Nela estão definidas as concepções de extensão universitária que foram construídas pelos diversos agentes que estão envolvidos com este tema. Mesmo que a resolução não tenha dado conta de explicitar todas as concepções e diretrizes da Extensão Universitária construídas a partir do processo de redemocratização e das discussões que antecederam a Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação, de 1996. Diante do cenário de recrudescimento das discussões políticas e educacionais, do aprofundamento das políticas neoliberais e seus</p>	
--	---	--	---	--

	neoliberais e seus reflexos no projeto de educação nacional, podemos dizer que houve vários avanços em sua proposição.		reflexos no projeto de educação nacional, podemos dizer que houve vários avanços em sua proposição.	
Texto 6 - Financiamento parágrafo 23	Do ponto de vista social, a rede dos Institutos Federais têm desempenhado um papel fundamental na inclusão de diferentes grupos sociais no acesso à educação. Com sua capilaridade em todo o território nacional, os IFs estão presentes em regiões metropolitanas, no interior e até mesmo em áreas remotas do país, alcançando estudantes que, muitas vezes, não teriam oportunidades de acesso à educação de qualidade. Adotando políticas de ações afirmativas (como o sistema de cotas, para promover a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com	Alteração	Do ponto de vista social, a rede dos Institutos Federais têm desempenhado um papel fundamental na inclusão de diferentes grupos sociais no acesso à educação. Com sua capilaridade em todo o território nacional, os IFs estão presentes em regiões metropolitanas, no interior e até mesmo em áreas remotas do país, alcançando estudantes que, muitas vezes, não teriam oportunidades de acesso à educação de qualidade. Adotando políticas de ações afirmativas (como o sistema de cotas, para promover a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com	Retirada da palavra tecnologia na frase que aponta os saberes que se entrelaçam compreendendo que está relacionado às dimensões da vida humana, em coerência com o conceito de Ensino Médio Integrado desenvolvido no texto 1. (parágrafo 2 do texto 1).

	<p>deficiência e outras minorias), essas medidas têm contribuído para a diversidade e para a redução das desigualdades sociais, possibilitando que mais pessoas tenham acesso à formação profissional e ao ensino superior. Além disso, os IFs têm se destacado pela sua inserção nos arranjos culturais e produtivos locais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaçam cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.</p>		<p>deficiência e outras minorias), essas medidas têm contribuído para a diversidade e para a redução das desigualdades sociais, possibilitando que mais pessoas tenham acesso à formação profissional e ao ensino superior. Além disso, os IFs têm se destacado pela sua inserção nos arranjos culturais e produtivos locais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaçam cultura, trabalho e ciência em favor da sociedade.</p>	
<p>Texto 6 - Financiamento Parágrafo 29</p>	<p>Percebe-se que o grande crescimento na destinação de emendas parlamentares se deu após aprovação da EC/95. Esta informação abre possibilidades para várias interpretações, sobretudo sobre a intencionalidade dos parlamentares e partidos políticos que destinaram</p>	<p>Alteração</p>	<p>Percebe-se que o grande crescimento na destinação de emendas parlamentares se deu após aprovação da EC/95. Esta informação abre possibilidades para várias interpretações, sobretudo sobre a intencionalidade dos parlamentares e partidos políticos que destinaram emendas</p>	<p>Consideramos que devemos firmar a posição contrária às emendas parlamentares e seu caráter de cooptação.</p>

	<p>emendas parlamentares para a educação, mas que aprovaram uma emenda que congela os investimentos por 20 anos. As emendas parlamentares, dividem opiniões, por um lado são vistas como parte importante, que inserem o congresso nas discussões sobre o orçamento federal, buscando alinhar demandas locais, por outro lado podem se tornar instrumentos de cooptação política aos moldes do fenômeno do clientelismo. Os Institutos Federais ficaram à mercê e reféns dessas contradições, uma vez que necessitam buscar fontes alternativas de recursos financeiros para garantir a sua sobrevivência, diante progressivo corte de recursos orçamentários. A dependência cada vez maior das emendas parlamentares, em especial, dos grupos políticos que as utilizam</p>		<p>parlamentares para a educação, mas que aprovaram uma emenda que congela os investimentos por 20 anos. As emendas parlamentares se tornam instrumentos de cooptação política aos moldes do fenômeno do clientelismo. Os Institutos Federais ficaram à mercê e reféns dessas contradições, uma vez que necessitam buscar fontes alternativas de recursos financeiros para garantir a sua sobrevivência, diante progressivo corte de recursos orçamentários. A dependência cada vez maior das emendas parlamentares, em especial, dos grupos políticos que as utilizam como “balcão de negócios”, fragiliza qualquer possibilidade de planejamento estratégico a longo prazo dos institutos federais e ameaça a sua consolidação.</p>	
--	--	--	--	--

	como “balcão de negócios”, fragiliza qualquer possibilidade de planejamento estratégico a longo prazo dos institutos federais e ameaça a sua consolidação.			
Texto 6 - Financiamento parágrafo 53a		Acréscimo após o parágrafo 53.	A portaria MEC 646/2022, que institui a Matriz de Distribuição Orçamentária aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelece indicadores para a composição do orçamento das instituições como: número de matrícula total; eficiência acadêmica; relação aluno/professor presencial; marcos legais do curso técnico, da formação de professores e da Educação de Jovens e Adultos e renda familiar per capita. Tal metodologia obriga os gestores à revisão dos currículos e a alterações dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), incluindo redução de carga horária, para arrecadar	A portaria 646/2022 não está citada no texto e traz questões importantes que já estão impactando a rede.

			<p>recursos às suas instituições. Algumas pesquisas já apontam a adequação de PPCs de cursos técnicos integrados aos limites da BNCC, de até 1800 horas para as disciplinas de cultura geral. De certa maneira, essa portaria abre um precedente para a mercantilização da educação, o que prejudica a formação humana integral, a missão e os valores institucionais, além da autonomia pedagógica.</p> <p>Cabe destacar a crescente necessidade da subcontratação de profissionais específicos para a Educação Especial, como intérpretes de libras e psicopedagogos, que são pagos com orçamento de manutenção e de desenvolvimento das atividades globais das instituições, ao invés da contratação de servidores(as).</p>	
--	--	--	--	--

<p>Texto 6 - Financiamento parágrafo 53a</p>	<p>Propostas</p> <p>I. Revogação imediata de qualquer tipo de teto de gastos (como o “arcabouço fiscal”) que inclua direitos básicos como saúde e educação;</p> <p>II. Substituição da Lei de Responsabilidade Fiscal por uma Lei de Responsabilidade Social;</p> <p>III. Criação de um fundo nacional para a educação profissional aos moldes do Fundeb;</p> <p>IV. Criação de uma contribuição social com vinculação direta à receita da Educação aos moldes da contribuição da Seguridade Social;</p> <p>V. Extinção da DRU;</p> <p>VI. Estabelecer a meta de mínimo de 10% do PIB para a Educação;</p> <p>VII. Destinação direta das verbas parlamentares para a educação sem passar pelo</p>	<p>Alteração</p>	<p>Propostas</p> <p>I. Substituição da lógica contida na Responsabilidade Fiscal por uma defesa da Responsabilidade Social do Estado, privilegiando os serviços públicos e os gastos sociais, considerando as dívidas históricas com a classe trabalhadora brasileira, sobretudo no que tange à educação e saúde.</p> <p>II. Criação de uma contribuição social com vinculação direta à receita da Educação aos moldes da contribuição da Seguridade Social;</p> <p>III. Extinção da DRU;</p> <p>IV. Estabelecer a meta de mínimo de 10% do PIB para a Educação Pública;</p> <p>V. Universalização do modelo de Educação da Rede Federal;</p> <p>VI. Proposta de mudança da Matriz Conif para torná-la mais</p>	<p>Reformulação de algumas das propostas com a intenção de dar mais clareza aos objetivos das propostas. Retirada da proposta III pois entendemos que não temos discussão aprofundada e consenso para a criação do fundo para a educação profissional.</p>
--	---	------------------	---	--

	<p>controle dos congressistas;</p> <p>VIII. Universalização do modelo de Educação da Rede Federal;</p> <p>IX. Proposta de mudança da Matriz Conif para torná-la mais democrática.</p>		<p>democrática e que seja instrumento de construção de políticas públicas articuladas com a defesa do EMI e da qualidade de ensino em todos os níveis e modalidades de ofertas educacionais.</p>	
<p>Texto 7 - Política de Assistência Estudantil parágrafo 20</p>	<p>Uma pesquisa com o objetivo analisar a contribuição dos auxílios financeiros oriundos do PNAES para estudantes socioeconomicamente vulneráveis de uma instituição federal do interior da Região Sul do Brasil, revelou que estudantes beneficiários do Pnaes obtiveram melhor desempenho acadêmico, comparativamente, e, que os estudantes não beneficiários de auxílios, indicando evidências do efeito positivo desta política para esse perfil de universidade federal (KROTH; BARTH, 2021). Nesse sentido, é preciso que a</p>	<p>Alteração</p>	<p>Uma pesquisa com o objetivo analisar a contribuição dos auxílios financeiros oriundos do PNAES para estudantes socioeconomicamente vulneráveis de uma instituição federal do interior da Região Sul do Brasil, revelou que estudantes beneficiários do Pnaes obtiveram melhor desempenho acadêmico, comparativamente, e, que os estudantes não beneficiários de auxílios, indicando evidências do efeito positivo desta política para esse perfil de universidade federal (KROTH; BARTH, 2021). Nesse sentido, é preciso que a política de</p>	<p>Correção digitação.</p>

	<p>política de assistência estudantil tenha, fundamentalmente, aporte orçamentário suficiente para se voltar para além das questões económicas e de pobreza, incluindo ações e projetos de apoio académico e psicológico aos estudantes (COSTA, 2010), no entanto, para que seja possível ampliar o atendimento para outras ações, é necessário que após serem atendidos os todos os estudantes em vulnerabilidade social - nas ações de alimentação, transporte e moradia - se aumentem os recursos para as ações de carácter universal.</p>		<p>assistência estudantil tenha, fundamentalmente, aporte orçamentário suficiente para se voltar para além das questões económicas e de pobreza, incluindo ações e projetos de apoio académico e psicológico aos estudantes (COSTA, 2010), no entanto, para que seja possível ampliar o atendimento para outras ações, é necessário que após serem atendidos os todos os estudantes em vulnerabilidade social - nas ações de alimentação, transporte e moradia - se aumentem os recursos para as ações de carácter universal.</p>	
<p>Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância</p>		<p>Acréscimo ao final do texto.</p>	<p>Inclusão das referências do texto.</p>	<p>As referências indicadas no decorrer do texto não estão listadas ao final.</p>
<p>Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância parágrafo 8</p>	<p>Desde a LDB nº 9.394/96 a educação profissional se apresentou sobre diferentes tipologias e</p>	<p>Alteração</p>	<p>Desde a LDB nº 9.394/96 a educação profissional se apresentou sobre diferentes tipologias e</p>	<p>Retirada da dimensão tecnologia em coerência com o conceito de Ensino Médio Integrado desenvolvido no</p>

	<p>expressões, com objetivos de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, esse movimento se constituiu em um novo pensar na formação omnilateral, considerando as dimensões do Trabalho, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, pensando a realidade concreta dos sujeitos e seus arranjos produtivos locais.</p>		<p>expressões, com objetivos de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, esse movimento se constituiu em um novo pensar na formação omnilateral, considerando as dimensões do Trabalho, da Ciência, e da Cultura, pensando a realidade concreta dos sujeitos e seus arranjos produtivos locais.</p>	<p>texto 1. (parágrafo 2 do texto 1).</p>
<p>Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância parágrafo 10</p>	<p>O Art. 6º dessa lei trata das finalidades e características dos Institutos Federais, onde podemos focar: na formação nos mais diferentes níveis e modalidades, atendendo os diversos setores da economia; adaptando soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; na integração e na verticalização da formação continuada; no fortalecimento</p>	<p>Alteração</p>	<p>O Art. 6º dessa lei trata das finalidades e características dos Institutos Federais, onde podemos focar: na formação nos mais diferentes níveis e modalidades, atendendo os diversos setores da economia; adaptando soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; na integração e na verticalização da formação continuada; no fortalecimento</p>	<p>Correção ortográfica e necessidade de indicação da fonte no final do parágrafo.</p>

	<p>dos arranjos produtivos sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento sócio-econômico e cultural no âmbito de atuação do instituto federal; estimulando a investigação empírica com atualização pedagógica dos docentes e programas de extensão e de divulgação Científica e Tecnológica; e por fim estimulando a pesquisa aplicada à produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a produção e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (idem).</p>		<p>dos arranjos produtivos sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do instituto federal; estimulando a investigação empírica com atualização pedagógica dos docentes e programas de extensão e de divulgação Científica e Tecnológica; e por fim estimulando a pesquisa aplicada à produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a produção e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (idem ?).</p>	
<p>Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância</p>	<p>Apoiados em Gattermann & Possa (2018), apontamos um</p>	<p>Exclusão (ou esclarecimento)</p>		<p>Não compreendemos a ideia que foi construída no parágrafo.</p>

<p>parágrafo 13</p>	<p>dos principais desafios nessa fase de expansão da Rede, o ideário neoliberal em disputa nos governos de esquerda. Inseridos em um movimento Tático como imperativo de governabilidade num contexto neoliberal globalizado, que buscou inserir jovens, de forma massificada, em uma política, como constituição e prevenção de risco, e no combate a desigualdade social.</p>			
<p>Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância parágrafo 14</p>	<p>Sem intencional superar as polêmicas e contradições, é inegável que essa política pública inseriu de forma eficiente um grande contingente de jovens de baixo poder aquisitivo, com o uso de políticas de cotas, e a princípio com a proposição de uma educação libertária e omnilateral, voltada para autonomia dos sujeitos inseridos em seus arranjos produtivos locais, buscando</p>	<p>Alteração</p>	<p>Sem intencional superar as polêmicas e contradições, é inegável que essa política pública inseriu um grande contingente de jovens em vulnerabilidade social, com o uso de políticas de cotas, e a princípio com a proposição de uma educação libertária e omnilateral, voltada para autonomia dos sujeitos inseridos em seus arranjos produtivos locais, buscando</p>	<p>Pensamos ser uma questão complexa para que possamos afirmar que essa inserção foi de forma eficiente, pensando na rede como um todo</p> <p>Sugestão de substituição do termo “de baixo poder aquisitivo” para em “vulnerabilidade social”.</p>

	transformar a realidade local e social ao qual estão inseridos.		transformar a realidade local e social ao qual estão inseridos.	
Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 1	Este documento tem como objetivo subsidiar, de forma preliminar, discussões do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) sobre as políticas educacionais para a inclusão e a diversidade, precisamente, a questão da educação de gênero, das relações étnico-raciais e das pessoas com deficiência (PCDs). O percurso delineado para este documento foi organizado em três momentos: no primeiro, apresentamos uma breve síntese da relação entre classe, raça, gênero e corporeidade no contexto da sociabilidade capitalista brasileira. Para isso, realizamos um exercício teórico-	Alteração	Este documento tem como objetivo subsidiar, de forma preliminar, discussões do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) sobre as políticas educacionais para a inclusão e a diversidade, precisamente, a questão da educação de gênero, das relações étnico-raciais e das pessoas com deficiência (PCDs). O percurso delineado para este documento foi organizado em três momentos: no primeiro, apresentamos uma breve síntese da relação entre classe, raça, gênero e corporeidade no contexto da sociabilidade capitalista brasileira. Para isso, realizamos um exercício teórico-metodológico	Alteração no final do parágrafo para concordar com a proposta de retirada dos parágrafos 119, 120 e 121, que estão na sequência.

	<p>metodológico amparado no materialismo histórico-dialético, a partir do qual consideramos possível compreender a condição das maiorias minorizadas e oprimidas no Brasil para além dos marcadores individuais, ao contrário, como experiências coletivas, e portanto, políticas. No segundo momento, traçamos um panorama dessa relação (gênero, raça e corporeidade) na rede federal de ensino desde o processo de implementação dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDs), dos Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs) e dos Núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs). Analisando documentos oficiais e da própria rede, destacamos os princípios e as</p>		<p>amparado no materialismo histórico-dialético, a partir do qual consideramos possível compreender a condição das maiorias minorizadas e oprimidas no Brasil para além dos marcadores individuais, ao contrário, como experiências coletivas, e portanto, políticas. No segundo momento, traçamos um panorama dessa relação (gênero, raça e corporeidade) na rede federal de ensino desde o processo de implementação dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDs), dos Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs) e dos Núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs). Analisando documentos oficiais e da própria rede, destacamos os princípios e as diretrizes para</p>	
--	--	--	---	--

	<p>diretrizes para essas políticas. Na terceira parte, tecemos alguns apontamentos sobre desafios e possíveis caminhos da política para a inclusão e a diversidade na rede federal de ensino, deslocando-as do lugar de uma transversalidade que cruza eixos considerados principais para uma transversalidade que entrecruza e estrutura o debate educacional no Brasil. Salientamos que, ante a complexidade do tema, não tivemos até aqui a pretensão de esgotá-lo. Nossa proposta é abrir o debate, desafiar os paradigmas postos e contribuir com a formulação de políticas educacionais para a rede federal de ensino transitando pelo seguinte trajeto pré- estabelecido:</p>		<p>essas políticas. Na terceira parte, tecemos alguns apontamentos sobre desafios e possíveis caminhos da política para a inclusão e a diversidade na rede federal de ensino, deslocando-as do lugar de uma transversalidade que cruza eixos considerados principais para uma transversalidade que entrecruza e estrutura o debate educacional no Brasil. Salientamos que, ante a complexidade do tema, não tivemos até aqui a pretensão de esgotá-lo. Nossa proposta é abrir o debate, desafiar os paradigmas postos e contribuir com a formulação de políticas educacionais para a rede federal de ensino.</p>	
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 119</p>	<p>A classe trabalhadora não é <i>persona</i>: gênero, raça e corporeidade</p>	<p>Exclusão</p>		<p>O parágrafo anuncia um trajeto de construção do texto, mas o desenvolviment</p>

	<p>como materialidade da classe:</p> <p>A. A discriminação como fundamento da sociedade capitalista - corpos produtivos x corpos improdutivos;</p> <p>B. Bases biomédicas da discriminação na sociedade capitalista - o papel feminista nas lutas contra discriminação ;</p> <p>C. Exploração <i>versus</i> opressão no Brasil;</p> <p>D. De tragédia individual à experiência social;</p> <p>E. Opressão: arg amassa da formação social e da exploração no Brasil;</p> <p>F. Fragmentação da luta?</p>			o não faz este percurso.
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 120</p>	<p>Panorama da relação de gênero, raça e corporeidade na rede federal de ensino:</p> <p>A. Implementação dos Núcleos de</p>	Exclusão		<p>O parágrafo anuncia um trajeto de construção do texto, mas o desenvolvimento não faz este percurso.</p>

	<p>Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDs);</p> <p>B. Os Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs);</p> <p>C. Os Núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs) e implantação do AEE;</p> <p>D. A terceirização no atendimento ao aluno PCD/TEA/Neurodivergente.</p>			
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 121</p>	<p>Por onde ir? Possíveis caminhos da política para a inclusão e a diversidade na rede federal de ensino:</p> <p>A. O enfrentamento às barreiras atitudinais nos regimentos escolares</p> <p>B. A cultura capacitista à revelia das Leis de inclusão;</p>	<p>Exclusão</p>		<p>O parágrafo anuncia um trajeto de construção do texto, mas o desenvolvimento não faz este percurso.</p>

	C. Quem cuida de quem cuida?			
Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 2	<p>A discriminação, como expressão da opressão e da exploração dos corpos, atua como um fundamento da sociedade capitalista, o corpo vale o quanto produz e dessa forma pessoas com deficiência são tratadas como corpos improdutivos, um peso, um conta social, um custo. O conceito biomédico de deficiência reforçou fortemente esse custo social do “infortúnio pessoal” de ser uma pessoa com deficiência e, ainda que tenhamos avançado nos estudos e, em certa medida, nas leis e na produção literária sobre o tema, na prática vivemos sob fortes evidências das bases opressoras do capitalismo e a violência da exploração da mão de obra, até que não lhe reste mais nenhuma força para</p>	Alteração	<p>A discriminação, como expressão da opressão e da exploração dos corpos, atua como um fundamento da sociedade capitalista, o corpo vale o quanto produz e dessa forma pessoas com e deficiência são tratadas como corpos improdutivos, um peso, um conta social, um custo. O conceito biomédico de deficiência reforçou fortemente esse custo social do “infortúnio pessoal” de ser uma pessoa com deficiência e, ainda que tenhamos avançado nos estudos e, em certa medida, nas leis e na produção literária sobre o tema, na prática vivemos sob fortes evidências das bases opressoras do capitalismo e a violência da exploração da mão de obra, até que não lhe reste mais nenhuma força para</p>	Correção digitação.

	produzir mais valor		produzir mais valor.	
Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 7	<p>As deficiências medidas pela incapacidade física de realizar trabalho é um fator de propulsão para da discriminação na sociedade capitalista. Pessoas com deficiência sempre existiu, mas o número de lesionados de guerra promove um aumento significativo de PCD. Essas pessoas, homens em sua vasta maioria, eram colocados em instituições e ali passavam a viver, recebendo cuidados médicos e assistências. Essa forma de lidar com a grande maioria das pessoas com deficiência, agora produzidas por uma ação do estado, trazia para a conta pública dos países em guerra o custo de sua existência, no entanto o atendimento era cada vez mais precário. O aparecimento do fuzil de guerra determina o grau de lesão possível</p>	Alteração	<p>As deficiências medidas pela incapacidade física de realizar trabalho é um fator de propulsão para da discriminação na sociedade capitalista. Pessoas com deficiência sempre existiram, mas o número de lesionados de guerra promove um aumento significativo de PCD. Essas pessoas, homens em sua vasta maioria, eram colocados em instituições e ali passavam a viver, recebendo cuidados médicos e assistências. Essa forma de lidar com a grande maioria das pessoas com deficiência, agora produzidas por uma ação do estado, trazia para a conta pública dos países em guerra o custo de sua existência, no entanto o atendimento era cada vez mais precário. O aparecimento do fuzil de guerra determina o grau de lesão possível</p>	Correção ortográfica e de concordância.

	<p>de atingir um soldado e o custo de um soldado inclui também o custo de cuidar dele quando lesionado em combate, dessa maneira, os hospitais vão deixando de ser instituições sociais e passam a ter um papel de cura, reunindo em um mesmo ambiente médicos e enfermeiros/enfermeiras em tempo integral.</p>		<p>de atingir um soldado e o custo de um soldado inclui também o custo de cuidar dele quando lesionado em combate, dessa maneira, os hospitais vão deixando de ser instituições sociais e passam a ter um papel de cura, reunindo em um mesmo ambiente médicos e enfermeiros/enfermeiras em tempo integral.</p>	
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 12</p>	<p>A relação sistemática das opressões com a exploração consiste em oprimir para melhor explorar. Não como escolha do capital, mas como necessidade. Por isso não existe capitalismo sem capacitismo, assim como não existe capitalismo sem racismo, machismo ou lgbtfobia. No caso particular brasileiro, acrescentamos o preconceito regional contra nortistas e nordestinos, igualmente fundamental nesta mediação</p>	<p>Alteração</p>	<p>A relação sistemática das opressões com a exploração consiste em oprimir para melhor explorar. Não como escolha do capital, mas como necessidade. Por isso não existe capitalismo sem capacitismo, assim como não existe capitalismo sem racismo, machismo ou lgbtfobia. No caso particular brasileiro, acrescentamos o preconceito regional contra nortistas e nordestinos, igualmente fundamental nesta mediação opressões-explor</p>	<p>Sugestão de nova redação para a frase em destaque pois não ficou bem claro. (solicitando esclarecimento se o sentido da frase foi compreendido corretamente por nosso GT.)</p>

	<p>opressões-exploração, reflexos da opressão e da exploração capitalistas. É através desta premissa que a questão das s pode ser pensada apartada da sua dimensão de classe. Os vários grupos e segmentos que existem no interior da classe trabalhadora, têm a mesma substância de classe, que os unificam. Entretanto, experimentam e vivem objetivamente o seu ser de classe trabalhadora, no cotidiano, de maneiras muito diferentes e particulares.</p>		<p>ação, reflexos da opressão e da exploração capitalistas. A partir desta premissa que a questão não pode ser pensada apartada da sua dimensão de classe. Os vários grupos e segmentos que existem no interior da classe trabalhadora, têm a mesma substância de classe, que os unificam. Entretanto, experimentam e vivem objetivamente o seu ser de classe trabalhadora, no cotidiano, de maneiras muito diferentes e particulares.</p>	
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade Parágrafo 11a.</p>		<p>Acréscimo após parágrafo 11.</p>	<p>Os institutos federais, imersos numa perspectiva masculina de profissionalização, se apresentam como espaços impeditivos para as mulheres crescerem e ascenderem profissionalmente. O patriarcado historicamente relega às mulheres a responsabilidade pela reprodução social, em atividades de cuidado das</p>	<p>Problematização acerca do espaço de atuação das mulheres.</p>

			<p>crianças, idosos, pessoas com necessidades específicas, além do trabalho doméstico dentro de seus lares. As sobrecargas das mulheres (em especial para as mães), o machismo, as violências e a naturalização nesses espaços masculinizados estruturam uma cultura institucional de invisibilidade e falta de mulheres em espaços de gestão e liderança. A responsabilização feminina pelas atividades de reprodução social, a cultura patriarcal dos institutos, bem como a falta de política institucional que dê fomento à inserção das mulheres, que apoie a maternidade, causam sofrimento e exclusão feminina das atividades e liderança na educação profissional. Dentro do sindicato essa realidade não é diferente, com reprodução do machismo e do patriarcado. Neste sentido, é</p>	
--	--	--	--	--

			<p>fundamental lutar por políticas institucionais para ascensão das mulheres nas funções de gestão, com paridade em todos os cargos de direção, assim como ações cotidianas que viabilizem a maternidade sem prejuízo da carreira, como por exemplo vagas de TAEs e docentes substitutos para mães por até 2 anos após o fim da licença, visando que estas mesmas voltando ao trabalho, tenham mais flexibilidade em horários e funções. Também é fundamental assegurar que as micro violências do cotidiano (interrupções da fala, posse de ideias das mulheres), além de assédios diversos, sejam efetivamente combatidas.</p>	
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 30</p>	<p>Mais que política de cotas é preciso termos que a permanência nas instituições de ensino seja garantida. A cada dez estudantes negros que ingressam no</p>	<p>Alteração</p>	<p>Mais que política de cotas é preciso termos que a permanência nas instituições de ensino seja garantida, através de programas específicos para acompanhamento da trajetória</p>	<p>Alteração proposta com objetivo de reforçar a questão e indicar proposição que contribua com a permanência destes estudantes.</p>

	<p>Ensino Médio, apenas 6 concluem, essa taxa é a mesma para pessoas autodeclaradas pardas e, são bem menores do que o número de evasão para autodeclarados brancos. A violência tem cor e endereço no Brasil, o genocídio do povo preto nas periferias das cidades são variável importante nos índices de evasão. A violência contra mulher e o racismo menstrual estão presentes no dia a dia das escolas e são carregados pelos corpos atravessados por essas variáveis, na sua grande maioria, meninas pardas, pretas, indígenas, descendentes e quilombolas. A diversidade da população não está refletida no quadro de servidores das instituições e essa falta de representatividade precisa ser quebrada.</p>		<p>escolar destes estudantes. A cada dez estudantes negros que ingressam no Ensino Médio, apenas 6 concluem, essa taxa é a mesma para pessoas autodeclaradas pardas e, são bem menores do que o número de evasão para autodeclarados brancos. A violência tem cor e endereço no Brasil, o genocídio do povo preto nas periferias das cidades são variável importante nos índices de evasão. A violência contra mulher e o racismo menstrual estão presentes no dia a dia das escolas e são carregados pelos corpos atravessados por essas variáveis, na sua grande maioria, meninas pardas, pretas, indígenas, descendentes e quilombolas. A diversidade da população não está refletida no quadro de servidores das instituições e essa falta de representatividade</p>	
--	---	--	--	--

			e precisa ser quebrada.	
Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 1	Muito se tem escrito nos últimos anos sobre expansão da Rede ³³ Federal de Educação Profissional (RFEPCT) na perspectiva de que essa modalidade de ensino venha a atender às exigências paradigmáticas do século XXI e possa chegar ao interior de todas as regiões do país. Os documentos oficiais ³⁴ que tratam dos Institutos Federais destacam que, desde os primeiros registros e debates sobre a implantação, as discussões sempre estiveram relacionadas ao conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em curso. Reafirmando que para a formação humana e cidadã seja uma realidade, essa precede da qualificação para o exercício da	Alteração	Muito se tem escrito nos últimos anos sobre expansão da Rede ³³ Federal de Educação Profissional (RFEPCT) na perspectiva de que esta venha a atender às exigências paradigmáticas do século XXI e possa chegar ao interior de todas as regiões do país. Os documentos oficiais ³⁴ que tratam dos Institutos Federais destacam que, desde os primeiros registros e debates sobre a implantação, as discussões sempre estiveram relacionadas ao conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em curso. Reafirmando que para a formação humana e cidadã seja uma realidade, essa precede da qualificação para o exercício da	Considerando que a palavra modalidade de ensino tem significados múltiplos, podendo ser também compreendida como se esta educação é a distância ou presencial, por exemplo, entendemos que desta forma a redação fica mais clara.

	<p>laboralidade e pautando-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento.</p>		<p>assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento.</p>	
<p>Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 11</p>	<p>Kuenzer (2007a) destaca, que a escola estava voltada para atender uma finalidade moral de repressão, caracterizando a primeira aparição da formação profissional como política pública numa perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. Diversos autores consideram essa fase da Educação Profissional como um período onde a concepção de modalidade de ensino se voltava exclusivamente para os menos favorecidos. Dessa feita, constata-se que “sem dúvida, essa foi uma primeira tentativa do Estado na organização da área de formação profissional, embora, ainda sob uma justificativa</p>	<p>Alteração</p>	<p>Kuenzer (2007a) destaca que a escola estava voltada para atender uma finalidade moral de repressão, caracterizando a primeira aparição da formação profissional como política pública numa perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. Diversos autores consideram essa fase da Educação Profissional como um período onde a concepção desta política pública se voltava exclusivamente para os menos favorecidos. Dessa feita, constata-se que “sem dúvida, essa foi uma primeira tentativa</p>	<p>Considerando que a palavra modalidade de ensino tem significados múltiplos, podendo ser também compreendida como se esta educação é a distância ou presencial, por exemplo, entendemos que desta forma a redação fica mais clara.</p>

	discriminadora e reducionista, atrelada aos interesses econômicos” (SOBRAL, 2009, p. 81).			
Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 24	Para Kuenzer (2007b, p. 25) a Lei n. 7.044/82, “acabou por se constituir em novo arranjo conservador, reafirmando a escola como um espaço para os já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens materiais e culturais”. De modo que, a lei veio restabelecer, teoricamente, a dualidade de ensino que se configura por escolas profissionais para os que não podem estudar e escola acadêmica propedêutica para aqueles que têm possibilidade de ascensão na hierarquia educacional.	Alteração	Para Kuenzer (2007b, p. 25) a Lei n. 7.044/82, “acabou por se constituir em novo arranjo conservador, reafirmando a escola como um espaço para os já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens materiais e culturais”. De modo que, a lei veio restabelecer, teoricamente, a dualidade de ensino que se configura por escolas profissionais para os que não podem estudar e escola acadêmica propedêutica para aqueles que têm possibilidade de ascensão na hierarquia educacional.	Correção digitação.
Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 40	As reformas da educação profissional, no Brasil, na década de 1990 trouxeram para o	Alteração	As reformas da educação profissional, no Brasil, na década de 1990 trouxeram para o	Correção digitação.

	<p>debate a noção de competências, um conceito que até então, não fazia parte do vocábulo dos ideólogos da educação a profissional, pelo ao menos até a metade dos anos de 1990, visto que não está presente na LDB 1996. Batista (2011), afirma que ideólogos das reformas da educação profissional dos anos 1990, encrustados no Conselho Nacional de Educação (CNE), foram os responsáveis pela consolidação legal da noção de competências no Brasil, mesclando textos legais, tornando-os uma compilação de peças literárias e/ou científicas, porém com uma predominância da ideologia pós-moderna que fragmenta o pensamento e radicaliza o julgamento estético fundado no individualismo.</p>		<p>debate a noção de competências, um conceito que até então, não fazia parte do vocábulo dos ideólogos da educação a profissional, pelo ao menos até a metade dos anos de 1990, visto que não está presente na LDB 1996. Batista (2011), afirma que ideólogos das reformas da educação profissional dos anos 1990, encrustados no Conselho Nacional de Educação (CNE), foram os responsáveis pela consolidação legal da noção de competências no Brasil, mesclando textos legais, tornando-os uma compilação de peças literárias e/ou científicas, porém com uma predominância da ideologia pós-moderna que fragmenta o pensamento e radicaliza o julgamento estético fundado no individualismo.</p>	
<p>Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 41</p>	<p>É importante destacar que essas reformas</p>	<p>Alteração</p>	<p>É importante destacar que essas reformas</p>	<p>Correção ortográfica.</p>

	<p>implementadas pelo governo de FHC, insere-se em um contexto ideológico maior, o neoliberalismo⁴³. Vinculando-se portanto, ao conjunto de medidas que foram da privatização de empresas estatais à reforma da previdência. No que diz respeito a educação profissional, no governo FHC, a aprovação do Decreto n. 2.208/97, representou um retrocesso histórico ao romper com a proposta que vinha sendo estruturada nas últimas décadas do século XX que buscava um caminho para o aperfeiçoamento da educação integrada, garantida na Lei n. 5.692/71, assim como, para o processo de equivalência entre ensino médio e educação profissional, conquistado legalmente em 1961, com a LDB n. 4.024/61⁴⁴.</p>		<p>implementadas pelo governo de FHC, insere-se em um contexto ideológico maior, o neoliberalismo⁴³. Vinculando-se portanto, ao conjunto de medidas que foram da privatização de empresas estatais à reforma da previdência. No que diz respeito à educação profissional, no governo FHC, a aprovação do Decreto n. 2.208/97, representou um retrocesso histórico ao romper com a proposta que vinha sendo estruturada nas últimas décadas do século XX que buscava um caminho para o aperfeiçoamento da educação integrada, garantida na Lei n. 5.692/71, assim como, para o processo de equivalência entre ensino médio e educação profissional, conquistado legalmente em 1961, com a LDB n. 4.024/61⁴⁴.</p>	
--	---	--	---	--

<p>Texto 10 - Expansão da RFEPCT Após o parágrafo 112</p>		<p>Inclusão</p>	<p>Em reunião do Sinasefe com a SETEC, foi noticiado que a proposta de ampliação de mais de trezentos campi, inicialmente apresentada pelo governo, será reduzida para cem campi. No ínterim desse processo de expansão, há de se observar a problemática da política criada na esteira da ampliação da oferta de cursos de curta duração, de qualidade duvidosa, que criam perante os docentes, uma competição com o vínculo aos cursos de reconhecida qualidade, já que os primeiros ocorrem mediante uma política de concessão de bolsas. Esse processo irá, sem sombra de dúvida, criar ingerência de interesses particulares sobre os interesses públicos.</p>	<p>Problematizar a forma como está ocorrendo a expansão, considerando a crise de identidade vivenciada nos IFS, devido ao avanço do discurso hegemônico e neoliberal.</p>
<p>Texto 12 - Acesso, Permanência e Êxito. Parágrafo 9.</p>	<p>Esse texto tem como objetivo indicar perspectivas de avanço frente às</p>	<p>Alteração.</p>	<p>Esse texto tem como objetivo indicar perspectivas de avanço frente às</p>	<p>Retirar a referência ao caso específico do IFSul.</p>

	<p>atuais políticas de ingresso e acesso⁸⁴ aos Institutos Federais e às Escolas da Rede, sobretudo no que se refere ao Ensino Médio Integrado, para além dos processos seletivos vigentes. O ingresso e o acesso à educação, em particular ao ensino básico de nível médio e técnico no Brasil, foram temas de intenso debate no século XX, frente às transformações políticas e socioeconômicas que o país passou com o avanço do capitalismo e os pendulares períodos de industrialização e desenvolvimento das forças produtivas. Já no século XXI, com a criação dos Institutos Federais e a expansão e interiorização da rede, alguns passos foram dados, de modo progressivo, como a implantação da Lei 12.711/2012, popularmente conhecida como “Lei de Cotas” e o</p>		<p>atuais políticas de ingresso e acesso⁸⁴ aos Institutos Federais e às Escolas da Rede, sobretudo no que se refere ao Ensino Médio Integrado, para além dos processos seletivos vigentes. O ingresso e o acesso à educação, em particular ao ensino básico de nível médio e técnico no Brasil, foram temas de intenso debate no século XX, frente às transformações políticas e socioeconômicas que o país passou com o avanço do capitalismo e os pendulares períodos de industrialização e desenvolvimento das forças produtivas. Já no século XXI, com a criação dos Institutos Federais e a expansão e interiorização da rede, alguns passos foram dados, de modo progressivo, como a implantação da Lei 12.711/2012, popularmente conhecida como “Lei de Cotas” e o</p>	
--	--	--	--	--

	<p>aumento do número de vagas. No entanto, passado uma década da criação dos Institutos, se percebe que persistem os filtros sociais que sempre acompanharam o ingresso da(o)s estudantes, por meio de uma visão meritocrática residual baseada na ideia de competição como princípio social fundamental. Em primeiro lugar, esses filtros se expressam no processo seletivo — a porta de ingresso aos institutos e às escolas da rede — a partir do qual se seleciona, dentre os postulantes, os mais bem pontuados. Pelos números da plataforma Nilo Peçanha, menos de 40% do total de inscritos para uma vaga em qualquer modalidade de oferta realmente ingressam, ou seja, mais de 60% do público interessado em estudar na rede fica de fora. Se detalharmos para o caso da oferta de Ensino Médio</p>		<p>aumento do número de vagas. No entanto, passado uma década da criação dos Institutos, se percebe que persistem os filtros sociais que sempre acompanharam o ingresso da(o)s estudantes, por meio de uma visão meritocrática residual baseada na ideia de competição como princípio social fundamental. Em primeiro lugar, esses filtros se expressam no processo seletivo — a porta de ingresso aos institutos e às escolas da rede — a partir do qual se seleciona, dentre os postulantes, os mais bem pontuados. Pelos números da plataforma Nilo Peçanha, menos de 40% do total de inscritos para uma vaga em qualquer modalidade de oferta realmente ingressam, ou seja, mais de 60% do público interessado em estudar na rede fica de fora. Se detalharmos para o caso da oferta de Ensino Médio</p>	
--	--	--	--	--

	<p>Integrado, os números demonstram que esse número se aproxima de 80%⁸⁵. Por mais que as políticas de cotas tenham 50% das vagas destinadas, como no caso do IFSul, o processo persiste orientado pela competição, permitindo que apenas a parcela mais bem sucedida da(o)s postulantes, mesmo entre a(o)s pertencentes aos grupos identificados com essa política, possa realmente ingressar no instituto. Nesse sentido, retroage a partir dessa política um efeito excludente: aquela(e)s estudantes que tiveram acesso a uma escola mais qualificada ou a um curso preparatório, deverão ter mais sucesso ao tentar ingressar nos institutos. Deste modo o ensino médio da rede fica restrito àquela(e)s estudantes que já passaram com relativo êxito pelo ensino fundamental. Isso coloca em xeque, inclusive, o</p>		<p>Integrado, os números demonstram que esse número se aproxima de 80%⁸⁵. Por mais que as políticas de cotas tenham 50% das vagas destinadas, o processo persiste orientado pela competição, permitindo que apenas a parcela mais bem sucedida da(o)s postulantes, mesmo entre a(o)s pertencentes aos grupos identificados com essa política, possa realmente ingressar no instituto. Nesse sentido, retroage a partir dessa política um efeito excludente: aquela(e)s estudantes que tiveram acesso a uma escola mais qualificada ou a um curso preparatório, deverão ter mais sucesso ao tentar ingressar nos institutos. Deste modo o ensino médio da rede fica restrito àquela(e)s estudantes que já passaram com relativo êxito pelo ensino fundamental. Isso coloca em xeque, inclusive, o desempenho dos</p>	
--	--	--	--	--

	<p>desempenho dos Institutos Federais e das escolas da rede nos testes de avaliação, já que o ingresso e o acesso dos estudantes na rede se dá àquela(e)s mais qualificada(o)s. Portanto, pode-se inferir que o processo educativo na rede é realizado dentro de certos parâmetros de "conforto pedagógico" no que se refere ao acesso dos discentes, já que os docentes desenvolvem suas atividades com os estudantes "mais exitosos", desde o ingresso.</p>		<p>Institutos Federais e das escolas da rede nos testes de avaliação, já que o ingresso e o acesso dos estudantes na rede se dá àquela(e)s mais qualificada(o)s. Portanto, pode-se inferir que o processo educativo na rede é realizado dentro de certos parâmetros de "conforto pedagógico" no que se refere ao acesso dos discentes, já que os docentes desenvolvem suas atividades com os estudantes "mais exitosos", desde o ingresso.</p>	